



**Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 57      15/04/2014**

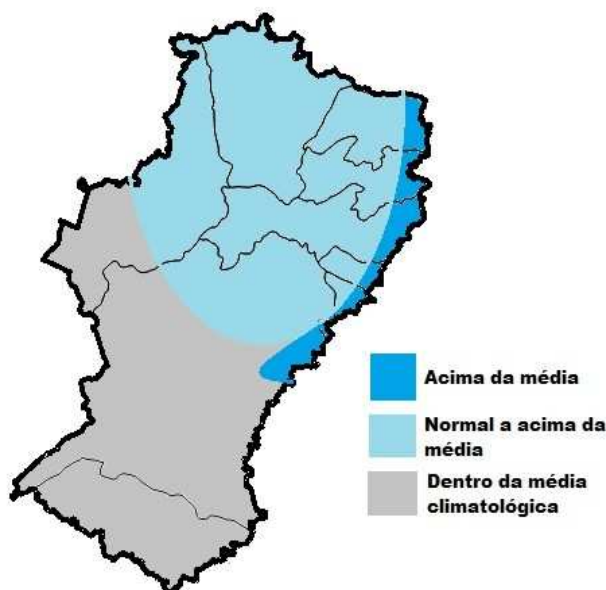
**1. Nordeste: Divulgada previsão de chuvas para abril, maio e junho de 2014.**

A Agência Pernambucana de Água e Clima (Apac) promoveu, nos dias 20 e 21 de março último, a 1ª Reunião de Análise e Previsão Climática para o Setor Leste do Nordeste do Brasil, ocasião em que foi divulgada previsão de chuvas para os meses de abril, maio e junho do ano em curso. Participaram da reunião representantes do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE/CPTEC); do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET); da Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME); do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) e do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, da Universidade de São Paulo (IAG/USP).

Durante a reunião foram analisadas as condições pluviométricas regionais e globais dos oceanos e da atmosfera, a fim de avaliar as chuvas ocorridas nos primeiros vinte dias do mês de março de 2014. Também foram avaliados os resultados de modelos numéricos de previsão climática sazonal para a elaboração do prognóstico climático para o trimestre abril/maio/junho de 2014. Chegou-se à previsão climática de consenso da chuva para o trimestre considerado, representada na Figura 1.

Nessa previsão para o Semiárido brasileiro (área azul claro), a maioria dos modelos indica que existe uma maior probabilidade das chuvas estarem entre normal e um pouco acima do esperado para o período. No setor leste do Semiárido (área azul escuro) que vai desde o Rio Grande do Norte até o nordeste do estado da Bahia, há uma maior probabilidade das chuvas serem acima da média no trimestre. Conforme figura abaixo.

**Figura 1 - Previsão de chuvas para abril, maio e junho de 2014.**



Fonte: APAC/PE

Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 5º Andar - 70043-900 - Brasília / DF - Tel: (61) 3218-2553 - Fax: (61) 3225-4726

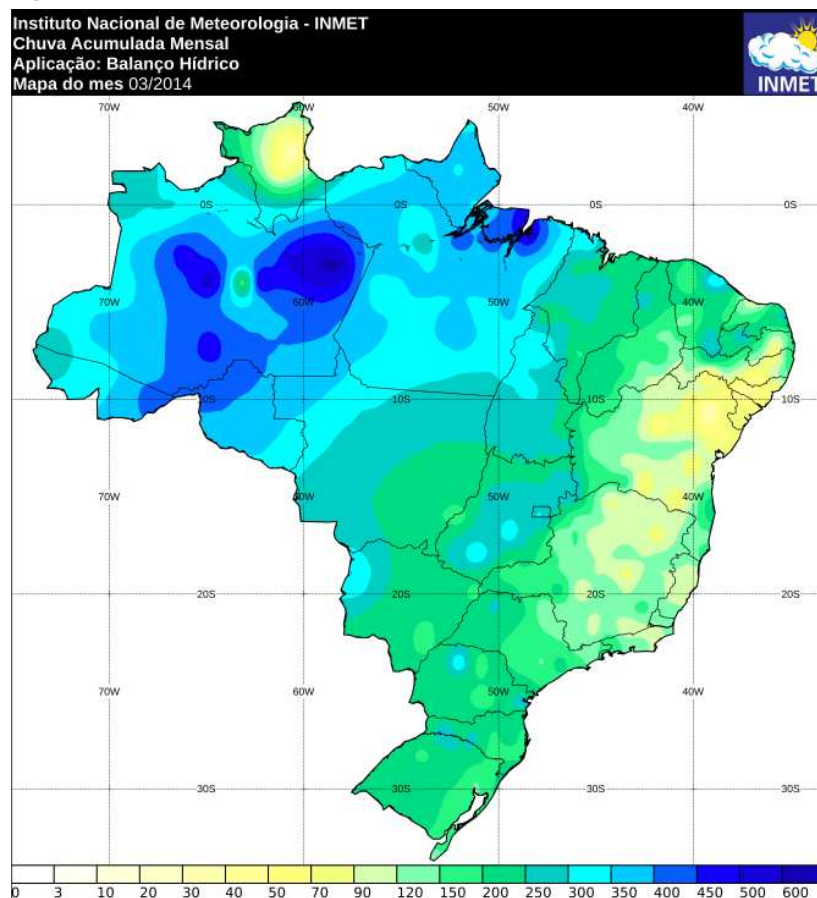


No restante do Semiárido brasileiro (área cinza) as chuvas devem ficar dentro do esperado para o período. Destaca-se a alta variabilidade pluviométrica tanto temporal quanto espacial, isto é, ocorrência de precipitação em localidades próximas, porém com volume de chuvas muito diferente, e em espaço de tempo bem prolongado. Com relação à temperatura do ar, a tendência é de que fique em torno da normal climatológica em toda a região considerada.

## 2. Nordeste: Chuvas aumentam no mês de março.

A mudança no quadro climático da Região Nordeste demonstrada pelo mapa do mês de março divulgado pelo INMET – Figura 2 – mostra precipitações pluviométricas em quase toda a Região, com exceção das áreas em cor amarela. As chuvas se caracterizam por serem irregulares, não ocorrendo de forma contínua no espaço e no tempo. Portanto, a Figura 2 confirma a previsão demonstrada no item anterior, em que as chuvas acumuladas no mês de março incidem nas mesmas áreas de referência da Figura 1, área azul claro do mapa.

**Figura 2 - Chuva Acumulada Total (mm)**



Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

Esses fatos sinalizam uma retomada das chuvas normais na região e já alteram a expectativa das populações rurais e urbanas sobre as atividades da economia agrícola e pecuária no campo. O abastecimento de água às populações urbanas e a possibilidade de precipitação pluviométrica levam as autoridades a reverem os seus planos de continuidade de implementação das obras emergenciais de combate aos efeitos da seca.

As chuvas que acontecem, desde o final de 2013 no cerrado nordestino, favorecem as lavouras no oeste da Bahia, no sul do Piauí e no sul do Maranhão. Em muitos municípios do Semiárido choveu no mês de março último mais do que a média histórica, o que é motivo de comemoração. Há rios correndo com água e açudes sendo recarregados e até sangrando, o que garante segurança hídrica para vários meses e até para todo o ano de 2014, mesmo que não ocorram novos aportes de água. As esperanças que renascem sobre o abastecimento de água para o meio urbano se estendem para a agricultura e a pecuária, embora as chuvas não sejam uniformes para toda a região do Semiárido.

### **3. DNOCS propõe novas obras de infraestrutura hídrica para o Nordeste.**

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) propôs ao Ministério da Integração Nacional os projetos prioritários para inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que reúnem a carteira de investimentos em infraestrutura hídrica do governo federal destinada à região assolada pela estiagem no Nordeste e no norte de Minas Gerais. A lista de obras inclui novas barragens, perímetros irrigados e adutoras que dependerão, ainda, de aprovação do Ministério do Planejamento para serem executados no próximo ano.

A relação de obras, no estado do Maranhão, inclui o perímetro irrigado Tabuleiros de São Bernardo, com orçamento previsto de R\$ 395 milhões. No estado do Piauí as obras propostas incluem as barragens de Rangel, de R\$ 780 milhões, e de Contrato, orçada em R\$ 280 milhões. Já o estado do Ceará será beneficiado com a barragem de José Euclides Ferreira Gomes e a de Paulo, orçadas, respectivamente, em R\$ 650 milhões e R\$ 37 milhões; além dos açudes de Poço Comprido, com orçamento de R\$ R\$ 400 milhões, de Paula Pessoa (R\$ R\$ 170 milhões), de Pedregulho (R\$ 79 milhões) e de Fronteiras de R\$ 171 milhões. Para o Rio Grande do Norte, foram propostas as barragens de Poço de Varas, de R\$ 42 milhões, de Pedra Branca, de R\$ 40 milhões, de Catingueira, de R\$ 15 milhões e de Serra Negra, de R\$ 300 milhões; há, ainda, em execução, a barragem de Oiticica com um investimento de R\$ 292 milhões; além do perímetro irrigado Santa Cruz do Apodi que, neste ano, tem assegurado investimento de R\$ 80 milhões e terá mais R\$ 120,2 milhões no orçamento para o período 2015-2018.

Constam ainda da lista de obras os investimentos para a segunda etapa da adutora do Pajeú, em Pernambuco e Paraíba, com orçamento de R\$ 300 milhões. O estado de Minas Gerais será beneficiado com a barragem Congonhas, em Montes Claros, com orçamento de R\$ 348 milhões, e investimento de R\$ 297 milhões para conclusão da barragem Berizal.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Política Agrícola  
Departamento de Economia Agrícola  
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

A lista é extensa e traz, também, obras de recuperação de reservatórios estratégicos do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, orçadas em mais R\$ 200 milhões.

#### **4. AESA analisa qualidade de água.**

Representantes da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (Aesa), da Secretaria de Saúde do Estado e do Exército Brasileiro se reuniram, em João Pessoa, no dia 28 de fevereiro, com a intenção de discutirem temas ligados à qualidade da água transportada pelos carros pipa e debaterem ações a fim de melhorar o abastecimento.

Segundo especialistas da Aesa, o monitoramento da distribuição feita por meio dos caminhões é importante com o fito de garantir que a saúde das pessoas não seja prejudicada. Acrescentou que os efeitos da estiagem em algumas localidades impõem ações emergenciais que podem comprometer a qualidade da água transportada. Daí a necessidade das fiscalizações serem intensificadas, com intuito de alcançar as condições necessárias para garantir alguns atributos de qualidade e evitar doenças provocadas pelo consumo de água contaminada, como diarreia, cólera e hepatite.

Segundo o representante local do Exército Brasileiro, há cerca de mil carros-pipa cadastrados e os municípios são responsáveis pela apresentação de laudos que comprovem a qualidade dos reservatórios. Na maior parte dos açudes a água é captada e utilizada pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – Cagepa. Então, em muitos casos, a água transportada já é tratada pela Companhia. E, nas cidades onde são feitos os abastecimentos, são exigidos das prefeituras laudos que comprovem a potabilidade da água.

De acordo com o diretor administrativo-financeiro da Aesa, a reunião do dia 28 de fevereiro foi o início do projeto que visa criar uma rede estadual de monitoramento da qualidade da água. Haverá outras reuniões, desta vez com a participação de outros órgãos públicos. “Vamos convidar a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), a Secretaria de Infraestrutura, a Defesa Civil, a Vigilância Sanitária, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), a Agência Estadual de Vigilância Sanitária (Agevisa) e a Polícia Rodoviária Federal. Vamos colocar em pauta as responsabilidades de cada órgão diante da problemática dos carros-pipa”, explicou o diretor.